

# Formas duradouras e formas emergentes de trabalho precário entre os jornalistas brasileiros

Jeferson Bertolini<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo busca dimensionar o conceito de trabalho precário entre os jornalistas brasileiros. O texto indica que a categoria sempre esteve exposta a formas precárias de trabalho, mas que o problema se agravou nos últimos 10 anos, com as tecnologias digitais: elas redefiniram o perfil do profissional e reordenaram o modelo de negócio das empresas do setor. O manuscrito, baseado em levantamento bibliográfico e experiência de campo, lista oito formas duradouras e oito formas emergentes de trabalho precário no jornalismo.

**Palavras-chave:** Trabalho. Trabalho precário. Jornalistas.

## Abstract

This article aims to give dimension to the concept of precarious work among Brazilian journalists. The text indicates that the category has always been exposed to precarious labour, but the problem has worsened over the past 10 years, with digital technologies: they have redefined the professional profile and reordered the business model of companies in the sector. The manuscript, based on literature and field experience, suggests a list of durable and emerging forms of precarious work.

**Keywords:** Work. Precarious labour. Journalists.

Artigo recebido em: 13/04/2015

Aceito em: 14/07/2015

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Humanas (UFSC), Mestre em Jornalismo (UFSC) e bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). É pesquisador do Grupo de Estudos Hiperfídia e Linguagem vinculado ao CNPQ. E-mail: jefersonbertolini@gmail.com.

## Introdução

Em decisão rara no país, a Justiça do Trabalho condenou o jornal *Folha de S. Paulo* a indenizar em R\$ 50 mil reais uma jornalista que, entre julho de 2010 e dezembro de 2012, trabalhou no periódico como *freelancer*. A profissional precisava cumprir as mesmas rotinas dos colegas de reportagem, mas não tinha carteira assinada, o que a privava de direitos trabalhistas e previdenciários.

O juiz Elizio Luiz Perez baseou a condenação em depoimentos de testemunhas. Na sentença, de 10 de junho de 2015, o magistrado escreveu que os relatos eram “mais do que suficiente para jogar por terra a condição de autônoma sustentada pela defesa, trazendo à tona a descarada fraude trabalhista perpetrada pela ré”<sup>2</sup>.

O trabalho *freelancer* é comum entre os jornalistas brasileiros. Ele é marcado pela falta de contrato formal entre empregado e empregador. Não garante direitos trabalhistas, indenização em caso de acidente, férias, 13º salário e outros benefícios.

Na perspectiva de Standing (2014), com a qual este artigo está alinhado, o trabalho *freelancer* é uma forma de trabalho precário. Para o autor, trabalho precário é aquele que priva o trabalhador de sete garantias: *garantia de mercado de trabalho* (oportunidades dignas), *garantia de vínculo empregatício* (proteção contra dispensa arbitrária), *garantia de segurança no emprego* (oportunidade para manter o emprego e poder progredir em status e renda), *garantia de segurança do trabalho* (proteção contra acidentes e doenças), *garantia de reprodução de habilidade* (oportunidade de receber treinamento), *garantia de segurança de renda* (ter renda adequada e estável) e *garantia de representação* (sindicatos independentes).

Neste ensaio, busca-se uma observação do trabalho precário entre os jornalistas brasileiros, sobretudo os que atuam em redação. Trata-se de uma categoria cujo dever é produzir informação de qualidade para que as pessoas sejam livres e se autogovernem (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003).

De certo modo, pode-se entender que o trabalho do jornalista é precário desde a regulamentação da profissão, no século 19, pois a maioria dos profissionais guia-se mais por ideologias e senso de justiça (TRAQUINA, 2008) do que por contratos trabalhistas. Mas, nos últimos 10 anos, com o avanço das tecnologias digitais, a profissão se aproximou mais da precarização (MICK, 2012).

Por um lado, tais tecnologias redefiniram o perfil profissional dos jornalistas. Por outro, reordenaram o modelo de negócio das empresas do setor, tornando-o mais diversificado. Essas duas frentes forçam o profissional a ter perfil *multimídia* (faz trabalhos para mais de um veículo ao mesmo tempo) e *multitarefa* (concilia tarefas que antes competiam a profissionais específicos).

<sup>2</sup> Íntegra disponível em: <http://zip.net/bcrtB1>. Acessado em: junho de 2015.

O resultado são profissionais com excesso de trabalho, isolados do convívio familiar, inseguros no emprego, desrespeitados em direitos trabalhistas e enfraquecidos como categoria. A esse cenário somam-se problemas históricos do jornalismo, como o trabalho sob pressão, pressão política e comercial e risco de morte.

Este artigo está baseado em levantamento bibliográfico, básico ao trabalho científico porque “permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto” (FONSECA, 2002, p. 32); e observação direta, que permite ao pesquisador assistir ao fenômeno estudado (ABRAMO, 1979). Também considera a experiência profissional do autor deste texto (até esta publicação, 15 anos de atuação como repórter e editor).

O manuscrito está dividido em cinco sessões. A primeira destaca fundamentos do trabalho. A segunda aborda o conceito de trabalho precário de Standing (2014). A terceira apresenta uma lista com formas *duradoras* e formas *emergentes* de trabalho precário entre os jornalistas. A quinta mostra a precarização da categoria em âmbito histórico. O ensaio conclui que, além da rotina do jornalista, a precarização afeta o conteúdo que a categoria produz, tendo, assim, reflexos em toda a sociedade.

## Trabalho: atividade vital e alienante

O trabalho precário é uma característica atual da atividade que o homem exerce desde os primórdios. Como lembra Antunes (2005, p. 11), “desde o mundo antigo e sua filosofia o trabalho vem sendo compreendido como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão”.

Arendt (2005, p. 179) define o trabalho como “atividade de penas e fadigas que nunca termina enquanto dura a vida”. Ela o relaciona à *vida ativa*, historicamente considerada inferior porque sempre foi pensada do ponto de vista da *vida contemplativa*: primeiro pela filosofia; depois pelo cristianismo, que pregava a salvação após o castigo do corpo.

O pensamento cristão concebeu o trabalho “como martírio e salvação, atalho certo para o mundo celestial, caminho para o paraíso” (ANTUNES, 2005, p. 11). E a filosofia de Tomás de Aquino o classificava como “ato moral digno de honra”.

Weber (2013) também abordou o trabalho pelo viés cristão. Em seus estudos sobre a sociologia das religiões<sup>3</sup>, percebeu que os protestantes foram induzidos a trabalhar para conseguir a salvação, a evitar o consumo e a acumular o capital. O autor notou que “a emergência do capitalismo supusera a instauração de uma nova relação moral entre os homens e seu trabalho, determinada por uma *vocação*, de tal forma que cada um, independentemente de seu interesse e qualidades intrínsecas, pudesse dedicar-se a ele com firmeza e regularidade” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 40).

<sup>3</sup> A *ética protestante e o espírito do capitalismo* é a introdução deste trabalho. A primeira versão é de 1904. Além do protestantismo ascético, Weber estudou o judaísmo antigo na China, Índia e Europa.

Para Weber (2013), o trabalho como vocação nasce de uma educação alicerçada em valores religiosos. Nesse contexto, a vocação surge como uma tarefa ordenada por Deus, como “a única maneira de viver aceitável por Ele e como expressão de amor ao próximo” (WEBER, 2013, p. 52).

Marx (1989) dizia que o trabalho, em sentido fundamental, é aquilo que nos torna humanos<sup>4</sup>. Mas considerava que, sob a ótica capitalista, o trabalho aliena o homem da condição de humano. “O trabalho alienado aliena do homem o seu próprio corpo, tal como a natureza fora dele (...). Uma consequência imediata do fato de o homem estar alienado do produto de seu trabalho, da sua atividade vital, do seu ser genérico, é o homem estar alienado do próprio homem” (MARX, 1989, p. 158).

O autor colocava o trabalho no centro daquilo que definira como eterna luta de classes. Dizia que a sociedade se reduziu a duas classes em atrito direto: a burguesia, dona do capital, e o proletariado, a quem restava o trabalho. A burguesia, dizia ele, “não deixou outro elo entre o homem e seu próximo além do frio interesse”. “No lugar da exploração dissimulada das ilusões religiosas e políticas, ela introduziu uma exploração aberta, desavergonhada, direta. Ela rasgou o véu dos sentimentos próprios às relações familiares e reduziu-os a simples relações monetárias” (MARX; ENGELS, 2002, p. 17).

Castel (1998, p. 444) afirma que a luta de classes segue até os dias de hoje porque vivemos em uma “sociedade salarial”. Os embates se dão entre *nós* e *eles*. O primeiro grupo carrega a ideia de categoria, de operário. O segundo se relaciona ao patrão, à burguesia.

Gorz (2003) e Toledo (2009) acrescentam que, apesar dos conflitos, o trabalho ainda é o principal dispositivo da sociolização humana. “O trabalho está no cerne de nossa existência social” (GORZ, 2003, p. 21). “O trabalho não é uma atividade isolada. Ele implica certa interação com outros homens e, como resultado dela, o homem gera produtos e ele mesmo se transforma” (TOLEDO, 2009, p. 117).

## **Precariado: uma nova classe trabalhadora**

O precariado é uma nova classe de trabalhadores (STANDING, 2014). Assim como a sociedade industrial produziu o *assalariado*, o trabalho precário fez surgir o *precariado*. O trabalho precário surgiu nos anos 1970 a reboque do neoliberalismo, que dizia que o crescimento da economia dependia da competitividade do mercado.

O modelo neoliberal dizia que o Estado deveria deixar de regular as relações entre empresas e trabalhadores. O mercado faria tal regulação. “O resultado tem sido

<sup>4</sup> Na época de Marx (1818-1883) os estudos evolucionistas eram incipientes. Atualmente, autores como Foley (2003) defendem que os animais, além de trabalhar, produzem os instrumentos que lhes proporcionam conforto, como aparelhos de caça – no caso de algumas espécies de aves, esses aparelhos podem ser ganchos feitos com gravetos para retirar pequenos animais de lugares onde o bico não alcança.

a criação de um precariado global, que consiste em milhões de pessoas ao redor do mundo sem uma âncora de estabilidade” (STANDING, 2014, p. 15).

Na década de 1980, uma das reivindicações neoliberais que se consolidou foi a de que os países tinham de perseguir a *flexibilidade* do mercado de trabalho. Sem a flexibilização, os custos trabalhistas aumentariam e as corporações transfeririam a produção e o capital a outros países, atrás de custos mais baixos.

A *terceirização*, afirmam Druck e Borges (2002, p. 112), é a forma mais visível da *flexibilização* do trabalho. Ela “permite concretizar o que mais tem sido propagado pelo discurso empresarial: os contratos flexíveis. Leia-se: contratos por tempo determinado ou tempo parcial, por tarefa, sem cobertura legal”.

Barbosa (2011) acrescenta que a terceirização, a precarização e o desprovimento das garantias de estabilidade de emprego representam um novo paradigma do trabalho. O resultado é “um tipo de indivíduo desvinculado de pertenças coletivas e desprovido de qualquer tipo de proteção social fornecida pelo Estado” (BARBOSA, 2011, p. 121-128).

Standing (2014) afirma que se pode observar a precarização do trabalho pela *renda* (o trabalhador precário ganha menos e de forma irregular) e pela *fragilização na noção de emprego* (aqueles que fazem parte do precariado não sentem que pertencem a uma comunidade com códigos de ética e normas de comportamento, reciprocidade e fraternidade). Na atualidade, acrescenta o autor, o precariado se apresenta nos empregos temporários, nos trabalhos de meio período e nos autônomos:

Não importa como seja definido, o precariado está longe de ser homogêneo. O adolescente que entra e sai o tempo inteiro de um cybercafé enquanto sobrevive de empregos transitórios não é o mesmo que o migrante que usa a inteligência para sobreviver, estabelecendo febrilmente uma rede de contatos enquanto se preocupa com a polícia. Tampouco é semelhante à mãe solteira que se preocupa de onde virá o dinheiro para os alimentos da próxima semana, ou ao homem de 60 anos que aceita empregos eventuais para ajudar a pagar as despesas médicas. Mas todos eles compartilham um sentimento de que seu trabalho é útil (para viver), oportunista (pegar o que vier) e precário (inseguro) (STANDING, 2014, p. 32).

Para Standing (2014), a globalização agravou a questão do trabalho precário por afrouxar as fronteiras da produção. Como acrescenta Munk (2002), a globalização é configurada pela desterritorialização (produz-se em todo lugar do mundo porque o capital é mais móvel que os trabalhadores) e pela *brasileirização* (sinônimo de mercado informal). Nesse sentido, Sennett (2008, p. 81) observa que, “na sociedade das capacitações, muitos do que estão enfrentando o desemprego receberam educação e capacitação, mas o trabalho que buscam migrou para lugares do planeta em que a mão de obra especializada é mais barata”.

## As formas de trabalho precário no jornalismo

No jornalismo, a partir dos apontamentos de Standing (2014), é possível notar formas *duradouras* e formas *emergentes* de trabalho precário. Em nossa classificação, baseada no cruzamento de bibliografia, observação direta e experiência profissional, formas *duradouras* são aquelas que surgiram nos primórdios do ambiente analógico e que acompanham o profissional do setor há tanto tempo que se tornaram uma espécie de marca da profissão; formas *emergentes* são aquelas que nasceram ou se consolidaram nos últimos 10 anos, a partir do ambiente digital. Exemplos de formas *duradouras* em nossa classificação:

**1. Instabilidade no emprego e na profissão:** permanecer na mesma empresa e até mesmo permanecer na profissão é algo raro entre os jornalistas brasileiros; no país, segundo pesquisa feita em 2012 pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)<sup>5</sup>, a maioria dos profissionais deixa a carreira antes de completar cinco anos de atividade. Em parte, o problema se deve a seguidos casos de demissão ou a abandonos da carreira por causa da pressão do ambiente de trabalho, de desgastes com empresas ou superiores e devido a ideologias e divergência de ideias.

**2. Vulnerabilidade do setor:** as empresas jornalísticas, sobretudo as de pequeno e médio portes, demonstram vulnerabilidade diante de crises econômicas nacionais ou globais. A verba publicitária, que sustenta esses veículos, é frequentemente cortada por anunciantes em períodos de contenção ou reorganização de gastos. Em 2015, para citar um caso emblemático, a *Editora Abril*, que publica a revista *Veja*, demitiu 120 funcionários e vendeu sete títulos após registrar queda de receita<sup>6</sup>.

**3. Pressão política e comercial:** esse tipo de pressão tem impactos no veículo de comunicação e no trabalho do jornalista; nos veículos os abalos são de ordem econômica; nos profissionais impõem dilemas do tipo “o que descobrir” e “o que posso dizer”. Trata-se de fator com alto poder de desmotivação profissional. De acordo com a Associação Mundial de Jornais e *Publishers* de Jornais (WAN-IFRA), até 2014 nunca a receita de circulação havia superado a receita publicitária<sup>7</sup>.

**4. Risco de processo:** na maioria dos casos os processos recaem sobre a empresa, mas os profissionais não estão livres de responsabilidade: nada pode e nada deve ser publicado sem provas e sem uma longa e estressante apuração. Segundo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), mudanças na Lei de Imprensa<sup>8</sup> impuseram uma censura prévia aos veículos e aos profissionais do setor.

<sup>5</sup> Pesquisa feita em 2012 ouviu 5 mil jornalistas brasileiros, de todas as áreas de atuação. Íntegra disponível em: <http://zip.net/bsmPIL>. Acessado em: junho de 2015.

<sup>6</sup> O governo é o maior anunciante no Brasil. No caso do governo federal, há 3 mil veículos cadastrados no núcleo de mídia da Secretaria de Comunicação. Segundo levantamento do portal *JusBrasil*, do total de R\$ 161 milhões pagos aos meios de comunicação no governo Dilma, R\$ 112,7 milhões couberam a apenas 10 empresas, enquanto as demais 2.990 dividiram R\$ 48,3 milhões restantes. Disponível em: <http://zip.net/bsrtPM>. Acessado em: junho de 2015

<sup>7</sup> Dados completos foram publicados pela *Folha de S.Paulo* em junho de 2015. Disponível em: <http://zip.net/btrt3P>. Acessado em: junho de 2015.

<sup>8</sup> A Lei de Imprensa é de 1967. Houve modificações em questões como direito de resposta, sigilo de fonte, censura judicial, di-

**5. Renda baixa:** em Santa Catarina o piso salarial do jornalista para cinco horas diárias era de R\$ 1.900,00 em junho de 2015. O piso salarial de um médico, para citar o exemplo de uma profissão clássica, era de R\$ 11.675,94<sup>9</sup> para 20 horas semanais. Pesquisa feita pela UFSC<sup>10</sup> indica que, em 2012, um terço dos jornalistas brasileiros tinha renda menor que três salários mínimos.

**6. Risco de vida:** o profissional se expõe a traficantes, coronéis da vida moderna, viagens a lugares desconhecidos. Entre janeiro e outubro de 2014, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) registrou 189 casos de violência contra jornalistas brasileiros. Em 2013, de janeiro a dezembro, foram 82 registros. Em todo o mundo, de acordo com a Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), 118 profissionais morreram durante o trabalho em 2014, a maior parte em áreas de conflito, como o Oriente Médio<sup>11</sup>.

**7. Descontrole da vida pessoal:** diferentemente de profissionais burocráticos, o jornalista não costuma ter expediente fixo, sobretudo aquele que atua em redação. Em parte, isso se deve à produção contínua da notícia (SCHWINGEL, 2012). Como atesta Lage (2002), a notícia não tem hora para acontecer.

**8. Controle sobre a produção:** muitos jornalistas trabalham movidos por senso de justiça e ideologias (TRAQUINA, 2008). Controles sobre seu trabalho, como descartar uma reportagem que poderia desagradar soberanos da vida moderna, convertem-se em desestímulo.

Com as tecnologias digitais, que redefiniram o perfil profissional do jornalista e reordenaram o modelo de negócio das empresas, surgiram o que definimos como formas *emergentes* de trabalho precário no jornalismo. Os principais exemplos são:

**1. Jornadas estendidas:** costumavam ocorrer em dias de notícia fora da curva, como enchente ou desastre aéreo, mas com a produção da notícia no ciclo 24/7 (BARBOSA, 2011) viraram rotina até em dias de noticiário fraco. Também chamado de ciclo contínuo, o sistema 24/7 consiste na produção de conteúdo 24 horas por dia nos sete dias da semana.

**2. Falta de controle da jornada de trabalho:** com as novas jornadas flexíveis, muitas empresas têm conduzido profissionais “normais” a cargos de confiança<sup>12</sup>. Não se trata de promoção. É uma maneira de abolir o cartão-ponto; assim, além da jornada estendida, não se respeita o descanso semanal e o intervalo de descanso entre uma jornada e outra (no caso do jornalista deve ser de 11 horas).

**3. Contratação por Pessoa Jurídica:** trata-se de uma forma de as empresas se livrarem de encargos sociais e de repassarem ao profissional a instabilidade do

vulgação de fatos cobertos pelo segredo de Justiça e responsabilidade legal no jornalismo online. Íntegra da lei disponível em: <http://zip.net/bhrtf3>. Acessado em: junho de 2015.

9 Federação Nacional dos Médicos. Disponível em: <http://zip.net/btrt3v>. Acessado em: junho de 2015.

10 Disponível em: <http://zip.net/bsmPIL>. Acessado em: junho de 2015

11 Associação Brasileira de Imprensa. Disponível em: <http://zip.net/bcrtvg>. Acessado em: junho de 2015

12 A RBS, para citar um exemplo de Santa Catarina, intensificou o uso deste modelo entre os editores a partir dos anos 2000, com o avanço do ambiente digital (conforme relato de profissionais da empresa). Aquele que ocupa este tipo de cargo não é submetido a controle de horário. Artigo da Consolidação das Leis Trabalhistas que trata do tema está disponível em: <http://zip.net/brrtjG>. Acessado em: junho de 2015.

mercado, tornando-o um prestador de serviços. Na perspectiva de Druck e Borges (2002), este tipo de contrato fragiliza as relações de trabalho. No Brasil, segundo pesquisa de 2012 da UFSC, um em cada quatro jornalistas trabalha sem contratos formais.

**4. Contratos temporários:** a internet inaugurou uma era de produtos temáticos, como especiais multimídia e sites temporários. Assim, muitos veículos de comunicação passaram a contratar por períodos, como a cobertura das eleições, ou por demandas, como a criação de um site para as Olimpíadas. Como observa Standing (2014), o trabalho temporário é uma característica do precariado.

**5. Contratos multimídia:** comuns nos grandes grupos de comunicação, este tipo de contrato estabelece que o profissional atue em mais de um veículo, como rádio e televisão, com um único salário<sup>13</sup>.

**6. Contratos empobrecidos de direitos legais:** como a atividade jornalística passou a ser controlada por grupos que administram muitos veículos de comunicação (cadeias de rádios, televisão e jornais, além de negócios paralelos como editoras e empresas de filme), a categoria se fragmentou e perdeu poder de negociação. Para Standing (2014), o precariado também é fruto do enfraquecimento dos sindicatos.

**7. Trabalho sob pressão:** a execução de uma reportagem, para citar um exemplo clássico do jornalista, já costumava ser degradante devido à busca pela informação precisa; agora agravou-se por causa da agilidade com que o conteúdo deve ser produzido e com a multiplicidade de abordagens do ambiente digital, como a instantaneidade, a interatividade e a multimidialidade (SALAVERRÍA, 2005).

**8. Trabalho remoto:** trabalhar em casa pode parecer uma alternativa confortável por livrar o jornalista do trânsito e de formalidades do ambiente corporativo, como paletó. Mas o fato de estar longe da empresa não significa liberdade: o profissional acaba sendo acionado por e-mail e ou celular de maneira desregrada, fora do horário médio de expediente<sup>14</sup>. Na Justiça do Trabalho em SC há processos em curso que reivindicam direito ao lazer<sup>15</sup>.

Em resumo, o trabalho precário tem afastado jornalistas do mercado de forma precoce, segundo Mick (2012). Também parece afugentar novos candidatos a jornalistas: na Universidade Federal de Santa Catarina, uma das mais procuradas do país, o curso de Jornalismo era o segundo mais disputado em 2004; em 2014 sequer estava entre os 10 mais concorridos.

<sup>13</sup> Na RBS, contratos multimídia eram aplicados só a colunistas que, por contrato, tinham espaço em jornal, rádio e televisão. A partir dos anos 2000, com as plataformas digitais, todos os profissionais do grupo foram submetidos a este tipo de contratação (conforme relato de profissionais da empresa).

<sup>14</sup> Correspondentes da *Folha de S.Paulo* nas capitais brasileiras recebem um kit com celular e iPad para ficarem conectados o dia inteiro (conforme relato de profissionais do jornal).

<sup>15</sup> Direito ao lazer está previsto na CLT. Com o trabalho remoto, tem sido alegado por jornalistas para reivindicar indenizações (relato de advogado de defesa de ex-jornalistas do *Diário Catarinense*).

## Fases do jornalismo: percurso do trabalho precário

No formato que conhecemos hoje, o jornalismo<sup>16</sup> é uma atividade que surgiu no século 17, com o aparecimento dos primeiros jornais<sup>17</sup> na Europa, e se expandiu no século seguinte, com a industrialização: os sistemas de impressão melhoraram, permitindo aumentar as tiragens, e a população que começava a chegar às cidades em busca de trabalho formava um público leitor. Até o estágio atual, o jornalismo passou por quatro fases marcantes no mundo (MARCONDES, 2000). E todas implicaram no perfil profissional dos jornalistas.

A primeira fase, do *jornalismo literário ou político* (de 1789 a 1830), marca a passagem de um jornalismo incipiente, que não tinha nada de profissional e atendia pequenos grupos econômicos e políticos, a um jornalismo guiado por fins pedagógicos e formação política. Não havia empresas voltadas ao lucro. Havia uma imprensa partidária, na qual os próprios jornalistas eram políticos e o jornal, seu porta-voz (MARCONDES, 2000). Nessa época, a atividade jornalística era marginal e mal definida (RUELLAN, 2004). Havia basicamente três funções nos jornais: os diretores, que exerciam o papel do faz-tudo; os copistas, figuras polivalentes dos primeiros jornais; e os informantes, que traziam informações ao jornal para serem publicadas.

A segunda fase, do *jornalismo de informação* (de 1830 a 1900), foi marcada pelo fim do romantismo jornalístico. As empresas cresceram e se aproximaram do capitalismo. A publicação de jornais ganhou espaço por causa das garantias de liberdade de imprensa, que davam independência aos periódicos, e os recém-formados centros urbanos demonstravam interesse no conteúdo. Com a estruturação das empresas, surgiram as divisões de trabalho nas redações, com a separação entre departamentos de gestão, editorial e reportagem. Com mais anunciantes, mais repórteres, a figura mais notória do jornalismo, eram contratados. Ruellan (2004) acrescenta que havia três grupos de profissionais nessa época: os que tinham o jornalismo como segunda atividade (tipógrafos, fotógrafos, professores); os que tinham o jornalismo como primeira e única atividade (diretores, articulistas, repórteres); e os que tinham uma atividade dupla (escritores, advogados).

A terceira, a *consolidação das empresas* (de 1900 a 1960), se caracteriza pela consolidação de grandes grupos que monopolizam o mercado, e pelo desenvolvimento de meios de transmissão de notícias, como o telefone, o telégrafo sem fio, a telecomunicação e o rádio. A profissão se estruturou, e surgiram os primeiros cursos, nos EUA e na França, para formar novos profissionais.

16 Em essência, o jornalismo é uma atividade que existe desde a Grécia Antiga, quando a comunidade se reunia em mercados públicos para ouvir as novidades dos viajantes (KAPUSCINSKI, 2006).

17 Há certa divergência sobre o primeiro jornal, sobretudo porque no início do século 17 não se tinha uma definição clara a este respeito. Contudo, nota-se algum consenso acerca do *Aviso de Augsburg*, publicado em 1609, na Alemanha (BRIGGS e BURKE, 2006).

A quarta, a *era da tecnologia* (a partir de 1960), se caracteriza pela progressiva utilização da tecnologia, pela informação eletrônica e interativa, pelo aumento da velocidade da transmissão da informação e pela crise da imprensa escrita ante a internet. É no extremo dessa fase que se verifica o nascimento do profissional polivalente, que trabalha para mais de um veículo de comunicação (multimídia) e que desempenha tarefas que antes eram executadas por profissionais específicos (multitarefa).

Desde o início da atividade, o trabalho jornalístico flertou com a noção de sacerdócio e com o ideal de um mundo melhor. Assim, muitos escolhem a profissão por acreditar na possibilidade de mudar o cotidiano de quem está a sua volta; ou por imaginar que terão a oportunidade de desempenhar papel em mudanças sociais (FOLQUENING, 2002). As empresas sabem tirar proveito desse perfil.

Traquina (2008) observa que, historicamente, jornalistas são profissionais comprometidos com os ideais de justiça e democracia, e que por isso demonstram disposição para se expor a longas jornadas de trabalho, a sacrificar suas vidas pessoais e até a correr risco de vida em nome da responsabilidade social. Segundo o autor (2008, p. 23), “para esta comunidade de crenças, um objeto de culto é a própria profissão, que exige dedicação total, porque o jornalismo não é uma ocupação; é mais que um trabalho, porque é uma vida”.

No Brasil, há alguma variação nas quatro fases do jornalismo citadas anteriormente porque os primeiros jornais surgiram em 1808<sup>18</sup>. Nos periódicos do país, os primeiros empregados eram jovens eruditos e escritores que buscavam uma renda complementar. Em linhas gerais, os jornais e revistas do século 19 serviam de trampolim para grandes escritores (SODRÉ, 1999).

A profissionalização começou, oficialmente, em 1969, quando o diploma universitário passou a ser exigido para o exercício da profissão. O Decreto-Lei 972/1969<sup>19</sup> criou a profissão do jornalista e regulamentou seu exercício. Mas em 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) acabou com a exigência do diploma para o trabalho do jornalista no país. A decisão foi tomada durante julgamento de ação movida pelo sindicato das empresas de rádio e televisão de São Paulo.

O relator do processo, ministro Gilmar Mendes<sup>20</sup>, avaliou não ser necessária uma formação específica para o trabalho do jornalista. Na decisão<sup>21</sup>, alegou que “danos a terceiros não são inerentes à profissão de jornalista e não podem ser evitados com um diploma”; que “as notícias inverídicas são grave desvio da conduta e problemas éticos que não encontram solução na formação em curso superior do profissional”.

18 Os primeiros jornais do Brasil foram a *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicada a partir de 10 de setembro de 1808, criada pela Coroa Portuguesa; e o *Correio Braziliense*, a partir de 1º de junho daquele ano (SODRÉ, 1999).

19 Antes de 1969, o jornalista foi descrito como “trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação de notícias” pelo Decreto-Lei 910, de 1938. Em 1944, o Decreto-Lei 7.037 definiu as funções do jornalista e estabeleceu um piso mínimo para a categoria.

20 À época, ministro do Supremo Tribunal Federal.

21 Parte da decisão foi publicada no portal do Supremo Tribunal Federal em junho de 2009. Disponível em: <http://zip.net/bcr-twp>. Acessado em: junho de 2015.

Ele frisou que o decreto de 1969 “foi instituído no regime militar e tinha clara finalidade de afastar do jornalismo intelectuais contrários ao regime”.

## Considerações finais

O trabalho precário, como sustenta Standing (2014), atinge trabalhadores de todos os segmentos econômicos. Afeta também profissionais de diferentes idades, lugares e trajetórias. Natural, então, que recaia entre os jornalistas.

No caso dessa categoria, as mudanças no mercado de trabalho alteram não só a rotina profissional, refletindo na jornada de trabalho, nos rendimentos, na instabilidade de emprego e nas formas de contratação, como modifica o perfil profissional: o jornalista deve ter, como observa Scolari (2008) polivalência *tecnológica* (base do profissional multimídia), *temática* (sai o especialista em um determinado assunto e entra o generalista) e *midiática* (profissional trabalha para vários meios ao mesmo tempo).

Um dos resultados desse processo, como comprovou Mick (2012), é um mercado predominado por jovens formados há menos de cinco anos. Sobram energia e domínio de tecnologias digitais. Mas falta experiência. Consequência disso são notícias cada vez mais ágeis e cheias de hiperlinks, porém fracas em conteúdo e relevância social. Predomina, como enfatiza Moretzsohn (2002), o fetiche do imediato.

Nesse contexto, pode-se supor que, além dos efeitos nas rotinas produtivas e no perfil profissional do jornalista, o trabalho precário impacta no bem mais preciso do jornalismo: a informação. E a informação, como diz Luhmann (2005), é um bem precioso ao desenvolvimento das sociedades e a matéria-prima dos meios de comunicação. “Aquilo que sabemos sobre nossa sociedade, ou mesmo sobre o mundo no qual vivemos, o sabemos pelos meios de comunicação” (LUHMANN, 2005, p. 15).

## Referências

ABRAMO, Perseu. **Pesquisa em ciências sociais**. In: Pesquisa social; projeto e planejamento. SP, Quatro Editor, 1979. p. 21-44

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005

ARENDT, Hannah. **A condição humana**; revisão técnica de Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense, 2005

BARBOSA, Attila Magno e Silva. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. In: **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 2011

BARBOSA, Suzana. **Jornalismo em ambientes dinâmicos**. In. III Congresso de Ciberperiodismo y web 2.0: la transformación del espacio mediático. Bilbao: Espanha, 2011

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998

FOLEY, Robert. Os humanos antes da humanidade. Uma perspectiva evolucionista. São Paulo, Unesp, 2003

FOLQUENING, Vitor. **O humanismo entre os futuros jornalistas: um estudo das representações de acadêmicos da Comunicação Social**. Dissertação, UEPG, 2001

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2003

KAPUSCINSKI, Ryszard. **Minhas Viagens com Heródoto: entre a história e o jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. 2.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2003

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. São Paulo: Ática, 2002

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**; tradução de Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000

MAX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002

\_\_\_\_\_. Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana (Manuscritos Econômico-Filosóficos). FERNANDES, Florestan. **Marx e Engels**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1989, p. 146-181

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro. Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MORETZSOHN, Sylvyva. **Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002

MUNK, Ronald. **Globalización y trabajo**: la nueva gran transformación. El viejo topo, 2002

RUELLAN, Denis. Grupos profissionais e mercado de trabalho no Brasil. **Revista Comunicação e Sociedade**, v. 15, dez. 2004

SALAVERRÍA, Ramón. **Redacción periodística en internet**. Barañáin: Ediciones Universidad de Navarra, 2005

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2008

SCHWINGEL, Carla. **Historicidade, terminologia e conceito de ciberjornalismo**. São Paulo: Paulinas, 2012

SCOLARI, Carlos. **Hacer clic**: hacia una sociosemiótica de las interacciones digitales. Barcelona: Gedisa, 2004

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio: Mauad, 1999

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014

TOLEDO, Enrique de la Garza. Hacia un concepto ampliado del trabajo. In: **Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones del trabajo e identidades laborales**. Clasco, 2009

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**; tradução de Vinicius Eduardo Alves. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2013